

dívida externa 'Estouro' do déficit público será de 7 trilhões

BRASÍLIA — O déficit público do País ficará, este ano, em torno de Cr\$ 26 trilhões, superando em Cr\$ 7 trilhões a meta de Cr\$ 19,35 trilhões fixada na última Carta de Intenções encaminhada ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A inflação em 1983, deverá chegar aos 205 por cento, muito longe dos 152 por cento prometidos ao FMI.

Tais projeções, elaboradas pelo Banco Central e divulgadas ontem por três fontes credenciadas do Ministério do Planejamento, levam o Governo, segundo esses informantes, a duas alternativas: ou renegocia a Carta de Intenções, fixando novas metas para o déficit público e para a inflação, antes da reunião do board do FMI, marcada para o dia 18, ou aceita a aprovação da carta como está e, em janeiro, por ocasião da remessa a Washington dos resultados do último trimestre de 1983, pede novo waiver (perdão pelo não cumprimento das metas estipuladas).

E mais provável, de acordo com os técnicos do Planejamento, que o

Governo brasileiro e a direção do FMI fiquem com a segunda alternativa, diante da falta de tempo e do clima psicológico que uma revisão de metas poderia provocar no mercado financeiro internacional.

O Governo pretende ajustar a meta de redução do déficit público à taxa de 205 por cento de inflação prevista para este ano. A correção será apenas nominal, ou seja, não se pretende reivindicar ao FMI uma elevação real (descontada a inflação) do limite de redução do déficit. A intenção do Governo continua sendo reduzir o déficit para 2,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano.

Essas projeções foram entregues ao FMI na semana passada, em Washington, pelo Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, e pelo Secretário de Planejamento do Ministério do Planejamento, José Augusto Arantes Savasini.

Estas alternativas foram discutidas ontem em reunião no Palácio do Planalto. No encontro, destacou-se que as estatais federais só poderão registrar, no atual exercício, um déficit operacional no máximo igual em termos reais (descontada a inflação) à meta programada com o FMI.

Participaram da reunião os Ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda, Ernane Galvêas; o

Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore; e o titular da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), Nelson Mortada.

Mortada revelou, após a reunião, que as estatais federais deverão "estourar" em 10 por cento a meta de Cr\$ 3 trilhões estipulada para o seu déficit conjunto, em 1983. Outra fonte informou que o déficit de todas as estatais (incluindo as estaduais e as municipais) deverá ficar em torno de Cr\$ 13,5 trilhões.

Nelson Mortada, confirmou que algumas estatais dos setores elétrico e siderúrgico estão realmente com problemas em relação à execução de seus orçamentos de 1983. Ele responsabilizou os grupos Eletrobrás e Siderbrás pelas dívidas vencidas e não pagas ao setor privado.

Fontes da área econômica informaram que o Governo realmente pretende elevar de Cr\$ 2,4 trilhões para Cr\$ 2,6 trilhões o volume de transferências de recursos do orçamento fiscal para o monetário, este ano. Para isto, serão necessários novos cortes nas despesas do setor público.

Segundo estas fontes, o Governo pretende aproximar-se da meta de um "déficit público operacional" de 2,7 por cento do PIB (Produto Interno Bruto), já que será impossível limitá-lo ao teto nominal de Cr\$ 19,3 trilhões acertado com o FMI.